



12/12/2016

PNM Advogados participa da elaboração do Plano Nacional de Internet das Coisas com a Mckinsey e CPqD

O Brasil em breve terá, finalmente, um plano nacional de Internet das Coisas (IoT).



Foi assinado no dia 12 de dezembro de 2016, no auditório do BNDES no Rio de Janeiro um acordo de cooperação técnica entre o BNDES e o MCTI para elaborar o Plano Nacional de Internet das Coisas, o qual irá definir as medidas a serem tomadas para que o país promova a chamada “Internet das Coisas” como modelo de desenvolvimento de vários setores do país.

A assinatura do acordo de cooperação contou com a presença do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Gilberto Kassab, a presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos, o deputado Vítor Lippi (líder da bancada de inovação na Câmara), dentre várias outras autoridades, representantes do setor industrial, de telecomunicações, tecnologia, agricultura e demais áreas que serão impactadas pela Internet das Coisas.

A primeira ação da parceria é a realização de um estudo técnico para diagnosticar o cenário nacional e propor políticas públicas, modificações regulatórias e legislativas para o desenvolvimento nacional de um ecossistema de Internet das Coisas (IoT, na sigla em inglês). Esse estudo técnico servirá de subsídio para a elaboração do Plano Nacional de Internet das Coisas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O consórcio que ficará responsável pela elaboração desse estudo técnico é formado pelo escritório **Pereira Neto Macedo Advogados**, a consultoria Mckinsey e o CPqD. Representando o escritório, compareceu o sócio da área de Mídia, Tecnologia e Propriedade Intelectual, **Ronaldo Lemos**, responsável pelo projeto, e o advogado **Ramon Alberto dos Santos**, que é um dos líderes de execução do projeto dentro do escritório.

Na cerimônia, Ricardo Rivera do BNDES destacou que o plano terá consequências práticas estruturantes. Conforme a definição das áreas se medidas a serem sugeridas, o BNDES irá criar programas e mecanismos de fomento e financiamento para que as definições do plano sejam implementadas de forma prática. Desse modo, as decisões do plano nacional de IoT produzirão impacto de longo-prazo na implementação do ecossistema de Internet das Coisas no Brasil. Os representantes do consórcio enfatizaram também o caráter colaborativo da formulação do estudo. Uma consulta pública foi lançada para o recebimento de contribuições. Diversas atividades serão organizadas ao longo do processo para que integrantes dos mais diversos setores possam contribuir.

Dentre os destaques que ficaram a cargo do escritório **PNM Advogados**, estão questões essenciais para a Internet das Coisas, tais como a privacidade, cibersegurança, coleta e tratamento de dados, questões tributárias, questões de política industrial, propriedade intelectual, integração com o setor de telecomunicações, Marco Civil da Internet e diversos outros tópicos.

O **PNM Advogados** tem ampla experiência na formulação de marcos regulatórios, tendo atuado ativamente nos debates sobre a reformulação do marco legal do setor de telecomunicações e no setor portuário. Seu sócio **Ronaldo Lemos** atuou diretamente na criação e desenvolvimento do Marco Civil da Internet.

Sobre o plano nacional de Internet das Coisas, **Ronaldo Lemos** afirmou no evento: “A dimensão jurídica e regulatória é essencial para o setor de Internet das Coisas. Nosso objetivo é criar um ecossistema de inovação no Brasil, criando os incentivos necessários para isso, sem descuidar da parte de segurança, privacidade e interoperabilidade”.

O consórcio formado pelo **PNM Advogados**, CPqD e Mckinsey foi escolhido por meio de uma chamada pública que recebeu mais de 30 propostas. Ao final, 5 delas foram selecionadas como finalistas, tendo então sido escolhido o consórcio vencedor. O projeto, orçado em R\$17 milhões, tem o apoio do BNDES e do Ministério da Ciência e Tecnologia, e tem o potencial de lançar as bases para novos modelos de desenvolvimento para o país, baseados na economia do conhecimento.